

## **Parques Urbanos: Práticas de Lazer e de Turismo**

**Mariana Inocência Oliveira Melo<sup>1</sup>**  
**Karina e Silva Dias<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Este artigo tem a intenção de investigar os parques urbanos, por meio das práticas de lazer e de turismo, apresentando a importância e necessidade de um planejamento urbano harmônico, tendo em vista à construção de um lugar sociável, capaz de proporcionar a interação do homem com a natureza. No contexto da cidade, o parque configura-se como espaço público para o estabelecimento de relações sociais de práticas esportivas, culturais, educativas, artísticas, ambientais e convivência comunitária. Conseqüentemente, eles são criados ou revitalizados para promover a socialização e espaço com fragmento de natureza nas grandes cidades capazes de romper com o universo do cotidiano, tornando-se fonte de equilíbrio para a qualidade de vida dos cidadãos. Para tanto, a análise da revisão literária em torno do tema, se dá por meio das discussões teórico-conceituais sobre os parques e jardins, turismo, lazer, natureza e cidade. É, portanto, por meio dos conceitos estudados que se dará a análise da importância dos parques urbanos para o lazer e o turismo na cidade. Assim, investigá-los é (re)pensar a cidade, é reposicionar o habitante em seu cerne, devolvendo-lhe, quem sabe, um lugar que lhe pertence: aquele de um observador atento ao seu espaço, consciente que a cidade acolhe, a um só tempo, a rotina e a repetição, o deleite e a contemplação.

**Palavras-chave:** Parques urbanos. Turismo. Lazer. Natureza. Cidade.

### **Introdução**

Este artigo, trata-se das práticas de lazer e de turismo nos parques urbanos, nas seguintes perspectivas: espaços de encontro entre moradores e turistas; às experiências espaço-temporal de contemplação/fruição; à relação natureza com as práticas destas atividades e com a estrutura urbana, e, finalmente às diversas possibilidades de apropriações destes espaços, (res)significando a experiência na *urbe*.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Turismo (Universidade de Brasília – Centro de Excelência em Turismo), Tecnóloga em Planejamento Turístico e Hotelaria (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás). E-mail: mariinocencio@gmail.com.

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Poéticas Contemporâneas pela UnB e Doutorado em Arte pela Université Paris I - Panthéon Sorbonne. É professora adjunta do CET Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. E-mail: karinadias.net@gmail.com

A produção do conhecimento acerca dos atrativos dos parques urbanos para as práticas de lazer e de turismo evidenciam uma melhor qualidade de vida das populações em resposta ao agravamento das condições gerais de saúde Pós-Revolução Industrial. Concernente ao contexto histórico, vale observar que o turismo nasceu, cresceu e se desenvolveu com o capitalismo industrial. A partir da Revolução Industrial as viagens tornaram-se expressivas, aparecendo à busca pelo descanso e a fuga do dia a dia. Todavia, o fenômeno do lazer dá-se também com o início da Revolução Industrial e com o progresso tecnológico. Ainda que, no início da industrialização, o trabalho seja marcado com jornada de 15 a 16 horas, salário miserável, trabalho sem descanso e por um período muito longo da vida. Nessas circunstâncias, surgem às reivindicações sociais para as leis trabalhistas e após a conquista da redução da jornada de trabalho aumenta o tempo livre para o lazer e o turismo.

Assim, com as mudanças ocorridas no século 18, com jornadas de trabalho exaustivas, o tempo de convivência social e o uso dos espaços públicos diminuíram, surge então, a necessidade da construção de espaços de lazer e recreação, com fragmentos de natureza, capazes de romper com o universo do cotidiano, tornando-se fonte de equilíbrio para a qualidade de vida dos cidadãos, sendo os espaços verdes uma representação. Salienta-se, que com a urbanização e industrialização, estes dois fenômenos – turismo e lazer – cresceram como atividade e também como demanda. Eles são práticas sociais baseadas na busca de diversos atrativos - histórico, arquitetônico, cultural, dentre outros.

No entanto, o artigo é estruturado em três capítulos marcados por eixos temáticos definidos para o entendimento da pesquisa. “Dos jardins particulares aos parques urbanos” parte de uma análise histórica dos jardins particulares - presentes em castelos, palacetes e/ou residências de elites - para a transformação em espaços públicos - parques urbanos -, decorrente do crescimento das cidades, tanto no aspecto espacial quanto na demanda por infraestrutura e/ou serviços urbanos. “Parques urbanos: cidade e natureza”, reflete sobre a ordenação dos parques urbanos na cidade. Mescla-se, ainda, uma abordagem relacional entre a natureza e a cidade, à luz do olhar diferenciado sobre a natureza como parte do espaço urbano e a relação com os cidadãos e os turistas. “Práticas de lazer e de turismo: socialização na cidade”, com uma revisão

bibliográfica que analisa os espaços das cidades que são referências para o lazer e o turismo, sendo os parques urbanos uma figuração. Apresenta, ainda, a importância dos espaços urbanos no tempo livre dos cidadãos para a consecução de atividades de lazer e descanso, transformando-se em turistas cidadãos.

Desse modo, a todo momento, no decorrer deste artigo, relaciona-se os parques urbanos com o lazer e o turismo para proporcionar reflexões e discussões na dimensão urbana como: à (re)configuração das paisagens nas cidades; espaços com fragmentos de natureza; local de socialização como eles (re)significam a experiência na *urbe*. Objetiva-se, com isso, refletir acerca do planejamento dos parques urbanos nas cidades enquanto ferramenta benéfica para recrear-se, divertir-se e entreter-se no meio urbano, consistindo, em espaço com vivência social, cultural e educacional.

### **Dos jardins particulares aos parques urbanos**

No final do século 18, inicia-se na Europa, a Revolução Industrial, influenciando drasticamente variações espaciais, devido ao abandono das zonas rurais e a expansão das cidades, motivando uma série de transformações de ordem econômica, política, social e técnica. No entanto, à medida que as cidades cresciam e a população demandava infraestrutura, aumentavam-se as queixas sobre alguns aspectos urbanos (trânsito, poluição atmosférica, mau cheiro, barulho, espaços de miséria, etc.) e a diminuição de espaços com fragmentos de natureza disponíveis para a população, substituídos por casas, ruas, comércios, dentre outros. Iniciando-se a preocupação com reformas sanitárias, por meio de leis de saúde pública, para a consecução de higiene/limpeza urbana e a construção de melhores infraestruturas. As queixas, portanto, se devem também ao fato da industrialização ter promovido o crescimento das cidades em detrimento dos espaços de natureza. Jardins particulares construídos no século 17 dão lugar as construções habitacionais e comerciais no século 18 (Spirn, 1995, p. 47).

A ideia de introduzir a natureza nos espaços urbanos estende-se aos planejadores do século 19. Este período foi marcado por um crescimento intenso nas cidades, ocasionando

superpovoamento e poluição dos meios naturais. Logo, foram construídos mais parques públicos com a intenção de atender tanto aos requisitos dos habitantes – pelo valor estético, cultural e de lazer – quanto pela constituição ambiental e influência na paisagem de seu entorno associando-se aos requisitos naturais, sociais, culturais e históricos (re)configurados nas paisagens das cidades, por meio da desintegração do tecido físico e social. Em função do planejamento dos parques, de sua inserção nos espaços urbanos e de sua influência em seu respectivo entorno, Kliass (1993, p. 31) aponta que:

[...] o parque é um fato urbano de relativa autonomia, interagindo com o seu entorno e apresentando em seu bojo condições de absorver a dinâmica da estrutura urbana e dos hábitos de sua população. [...] A inserção efetiva da dimensão ambiental no processo de planejamento e na práxis dos diversos setores intervenientes no desenvolvimento urbano pode garantir o aproveitamento do potencial paisagístico do sítio urbano, criando condições para dotar a cidade de parques.

Na primeira metade do século 19, os habitantes das grandes cidades europeias realizam pressões sociais urbanas, devido às péssimas condições de trabalho e de habitação. Inicia-se a criação e abertura dos primeiros parques urbanos para o morador comum. De acordo com Serpa (2007, p. 45), os parques urbanos são definidos “como lugares naturais modificados pela ação do homem para fins estéticos”. Assim, arquitetos e paisagistas devem possuir, além desta preocupação, a implantação de atividades educacionais para que os frequentadores adquiram conhecimento e conscientização da preservação da natureza e cultura. Contudo, a presença da natureza é essencial no planejamento das cidades, pois é importante tanto em seus aspectos estéticos quanto por proporcionar um ambiente agradável, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida aos cidadãos.

### **Parques urbanos: cidade e natureza**

As cidades são compostas por intensas interações econômicas, sociais e culturais, pelo fato de ter pessoas de diferentes etnias, religiões, níveis educacionais, valores culturais, línguas,

dialetos, dentre outros, permitindo-se constantes combinações de padrões, valores, costumes, modo de viver e etc. Neste sentido, os parques urbanos são espaços que facilitam a interação social na *urbe*, capaz de promover a interação entre os cidadãos e os turistas, pois os ambientes urbanos são marcados pela correria, preocupação e stress diários.

Percebe-se então, que os parques urbanos são como antídotos para os males urbanos: melhora o clima urbano, contrapondo com as construções urbanas; diminui a poluição do ar; contato com a natureza, dentre outros. E também integra/une os bairros/espaços no tecido urbano, a fim de melhorar a qualidade de vida dos habitantes, apesar de sua construção estar ligada ao poder, como enfatiza Serpa (2007, p. 70): “concebido como equipamento urbano e recreativo, o parque público está ligado, sobretudo, a uma vontade política”.

Os parques urbanos não são submetidos a um padrão, pois se diferenciam quanto ao tamanho; funções; tipos de equipamentos; espaço de preservação ambiental; de socialização; de consciência ambiental, dentre outros. Porquanto, ao longo da história, assumem diferentes funções e usos, seguindo a influência da estrutura urbana, do fenômeno social e da preservação de áreas verdes. Conforme Serpa (2007, p. 69) “todos os parques públicos representam alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam. [...] Espaço e tempo atuam concomitantemente nos parques públicos [...]”.

Vale destacar que o artigo 2º do Estatuto da Cidade (2001) “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, de segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. O Estatuto mostra claramente dentro das funções sociais da cidade a necessidade da vida urbana de estar em contato com a natureza, levando a ideia de “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (art. 2º, inc. XII).

Os parques urbanos, por sua vez, são construções urbanísticas criadas com o princípio de assegurar a biodiversidade. Eles são espaços capazes de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando em sua infraestrutura locais com capacidade de realizar pesquisa científica, atividades culturais, sociais, ambientais, etc. Logo, ocasionam a reconfiguração das

paisagens urbanas e a presença de atividades ligadas à educação ambiental capazes de estimular o convívio harmônico do homem com a natureza, aliado ao mínimo de impacto possível.

Assim sendo, a cidade precisa ser reconhecida como parte da natureza, ou seja, o espaço natural está dentro dela. Com a conscientização do valor social e do poder da natureza por parte dos planejadores urbanos e cidadãos, ela passa a ser cultivada e incorporada aos projetos da cidade. Sendo reconhecida como parte do ambiente, os empreendimentos humanos se adaptam a natureza, respeitando sua estrutura física e geológica. Haja vista que, “muitas cidades devem sua localização, seu crescimento histórico e a distribuição da população, bem como o caráter de seus edifícios, ruas e parques às características diferenciadas de seu ambiente natural”, conforme Spirn (1995, p. 27).

Com relação aos tipos de paisagens para o turismo, os recursos naturais, as manifestações culturais, a historicidade e a arquitetura são destaques na oferta turística. A paisagem é um componente essencial para o desenvolvimento do turismo: os turistas buscam as paisagens urbanas constituídas de elementos naturais, devido ao fato do aspecto visual ser um dos primeiros fatores de atração turística, porquanto, destacam-se nas cidades os espaços com belezas naturais. Logo, “o ambiente natural de uma cidade e sua forma urbana, tomados em conjunto, compreendem um registro da interação entre os processos naturais e os propósitos humanos através do tempo. Juntos, contribuem para a identidade única de cada cidade” (Spirn, 1995, p. 28).

Ressalta-se, que é muito importante aos cidadãos a preservação e construção de áreas verdes, conseqüentemente para os turistas, por compor uma área com fragmentos de natureza dentro da *urbe*, tornando-se um espaço de fruição, de contemplação e deleite, como por exemplo os parques urbanos. Silva (2004, pp. 52-53) enfatiza a ideia de que “a exploração turística de parques e áreas de conservação sustenta-se com os mesmos apelos do retorno ao natural e do contato com a natureza, mesmo quando inclui o homem”, proporcionando uma vivência mais rica dentro da cidade. Conseqüentemente, esta busca de experiência nestes espaços desperta a valorização e compreensão da importância do ambiente natural no local em que vivem.

À guisa de conclusão, entende-se que os parques urbanos são espaços de uso público para estabelecimento de relações sociais, por meio de práticas esportivas, culturais, educativas,

artísticas, ambientais, dentre outras. Ressalta-se que são importantes para a qualidade de vida das pessoas, preservação da natureza, história da vida cotidiana, configuração espacial e influenciam na estrutura urbana das grandes cidades.

### **Práticas de lazer e de turismo: socialização na cidade**

O turismo é uma atividade que envolve as questões histórico-sociais que pressupõem os deslocamentos de indivíduos em tempos e espaços diferentes daqueles dos seus cotidianos, que, por sua vez, possibilitam o afastamento concreto e simbólico do dia a dia, ocasionando as viagens com motivações de lazer, em busca de nova experiência, cultura, conhecimento, prazer, dentre outros. Dentro dessa perspectiva, o turismo envolve o contato direto com a cidade seja o lugar de destino e o percurso do deslocamento, assim é necessário conciliar harmonicamente as práticas de turismo com as características e infraestruturas das cidades. Visto que as *urbes* são compostas por elementos e bens culturais, históricos, artísticos, arquitetônicos e urbanísticos constituintes das paisagens urbanas, da história e cultura local.

Segundo Gastal e Moesch (2007, p. 12) “[...] o Turismo se constitui em um fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para sujeitos que o praticam”, simbólico por seus valores de uso e afetividade. Ocasionalmente ao indivíduo sensação de surpresas, sentimentos e comportamentos, levando-os a (re)pensar, (re)ver e (re)avaliar não só o momento vivenciado, mas sim, as práticas da vida. Reitera-se, ainda, que proporciona experiências tanto aos visitantes quanto à comunidade local.

Cabe destacar que o turismo abarca diversos aspectos, tais como: naturais, econômicos, sociais, culturais, educacionais, infraestruturais (transporte, hospedagem, gastronomia, etc.), dentre outros, permitindo atender e receber o fluxo de turistas. É relevante também, para originar empregos diretos e indiretamente, bem como a economia dos setores privados e públicos influenciadores ou participantes de seus benefícios.

A partir da Revolução Industrial as viagens tornaram-se expressivas, aparecendo à busca pelo descanso e a fuga do dia a dia, posto que este período é marcado por trabalhos cansativos e

de elevada carga horária. Se antigamente a religião, saúde e estudos eram os incentivos das viagens, a partir da Revolução Industrial, elas tornam-se expressivas e mudam para a busca da quebra de rotina; o descanso; a recreação; o sentimento de liberdade, com o propósito de repor as energias.

Como o homem é repleto de necessidades contraditórias, sejam elas trabalho/descanso, vigília/sono, esforço/repouso, receita/despesa, profissão/família, liberdade/obrigação, risco/segurança (Krippendorf, 2009, p. 33), “[...] a principal estratégia do mercado de turismo é o estabelecimento de antíteses entre a realidade e imaginário, entre a festa e o cotidiano, entre os lugares de trabalho e os lugares de lazer” (Silva, 2004, p. 22). Depreende-se que os motivos de realizar uma viagem podem ser fundamentados pela recreação, descanso, cultura, saúde, prazer, dentre outros, de acordo com as necessidades e desejos, particularizados em cada pessoa.

A autora Moesch (2002, p. 09) descreve o turismo dentro dos aspectos sociais, culturais e históricos, afirmando que:

[...] é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

O turismo, portanto pode ser entendido como: o deslocamento fora do seu local de residência; o tempo de permanência no destino com um período determinado e não duradouro; a viagem indo para o destino e as atividades realizadas durante a estadia. Qualquer que seja o motivo para a viagem, o turismo abarca os serviços e produtos criados para satisfazer as necessidades dos turistas. Enfatiza-se, então, que o turismo como prática social é importante para os indivíduos e desenvolve-se em meados do século 19.

O lazer, por sua vez, é uma forma de melhorar a qualidade de vida da população das grandes cidades e deve ser considerado como suprimento às necessidades físicas e psíquicas. Neste sentido, “[...] o homem deve ser visto como um todo e não dividido em corpo e mente,

emoção e racionalidade, indivíduo e ser social” (Marcellino, 2003, p. 37). Porquanto os espaços urbanos são atraentes aos cidadãos e aos turistas devido ao fato de se constituírem por diversas estruturas, atividades, ambientes, etc., promovendo o bem estar e a socialização.

Além das funções do lazer, de liberação e prazer, Dumazedier (2004, p. 32) apresenta três funções também importantes: “a) função de descanso; b) função de divertimento, recreação, e entretenimento; c) função de desenvolvimento”. A função de descanso, como parte do lazer é a liberação da fadiga, das obrigações do cotidiano e do trabalho, que provocam as tensões, agindo assim, como forma de reparar as deteriorações físicas e nervosas. A importância da função de divertimento, recreação e entretenimento está ligada a ruptura do universo do cotidiano, propiciando o equilíbrio físico e mental para que os indivíduos suportem as repressões sociais. “Daí a busca de uma vida de complementação, de compensação e de fuga por meio do divertimento [...]”, acarretando mudança no estilo de vida com a prática de atividades com estas características (Ibidem, p. 33). Acerca da função de desenvolvimento da personalidade, Dumazedier (2004, p. 33) afirma que ela “depende dos automatismos do pensamento e da ação cotidiana; permite uma participação social maior e mais livre, [...] oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais [...]”. Tal função de desenvolvimento origina-se indivíduos com comportamentos que proporcionam o desenvolvimento da personalidade, dentro de um estilo de vida pessoal e social. Mesmo que estas três funções pareçam opor-se, elas estão sempre unidas, podendo manifestar-se uma de cada vez ou simultaneamente na mesma prática de lazer.

Segundo Lemos (2001, p. 78) o “[...] lazer é um dentre os muitos motivos que definem o perfil da demanda turística [...]”, e um dos vários segmentos do turismo. Conforme a Organização Mundial de Turismo (OMT), os visitantes têm como principal motivo: lazer, recreação e férias; visita a parentes e amigos; negócios e motivos profissionais; religião/peregrinação; e outros (OMT, 2001, p. 30). É possível afirmar, então, que o turismo compõe-se de diversas segmentações de ofertas - cultural, aventura, saúde, praia, montanha, negócio, social, rural, dentre outros – atendendo uma demanda crescente e de interesses diferenciados.

De La Torre (1991, p. 19, tradução nossa) afigura o conceito de turismo ligado à questão social e a cultura, como:

[...] deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

O turismo associado à prática social pode ser exemplificado com o deslocamento do turista e o contato com o novo e inesperado, levando-o a parar e observar e assim, a (re)pensar e (re)avaliar o local, a cultura, o modo de vida dos autóctones, etc., ocasionando-se a formação de uma nova conscientização, sentimento, comportamento social e cultural. Desse modo, pode-se pressupor que o turismo e o lazer compostos pelo aspecto cultural e pela prática social interferem no desenvolvimento pessoal dos indivíduos, sendo assim instrumentos de mudanças.

Do ponto de vista da sociologia do desenvolvimento cultural, Dumazedier (1980) divide os interesses do lazer em cinco categorias: físicos, práticos, artísticos, intelectuais e sociais. No entanto, não devem ser lembrados isoladamente, pois partem de opções pessoais, o que nos leva a pensar o homem de maneira integrada - corpo e mente - e que a escolha de uma atividade pode ser feita com mais de uma opção. No entanto, entende-se e Camargo (2003, p. 18) reitera que pode ser acrescentado mais uma área de interesse cultural nesta classificação, o turístico.

A partir da década de 1950, o turismo transformou-se significativamente pelos aspectos socioeconômicos e culturais. Em contrapartida, a partir de 1960, desenvolveu-se como atividade de lazer, atraindo milhões de pessoas, transformando-se em grande valia tanto para a economia local quanto internacionalmente. O avanço do fenômeno turístico, por meio de suas peculiaridades, permite o seu desenvolvimento em diversas regiões, e “[...] são justamente os valores e os traços culturais com especificidades territoriais que fazem a existência dos lugares” (Castrogiovanni, 2001, p. 134). É necessário um planejamento adequado para preservar tanto os aspectos sociais e ecológicos quanto proporcionar benefícios à população, seja nos aspectos do contato com os turistas quanto com relação à exploração e desenvolvimento turístico. Quando há

controle no desenvolvimento do turismo, o mesmo traz benefícios na vida econômica, política, cultural e social da comunidade.

No entanto, somente no início dos anos de 1970 é que as pessoas conscientizam-se dos efeitos físicos, psicológicos e sociológicos do turismo, como a devastação dos ambientes naturais, o uso desenfreado das paisagens e a influência sobre a vida dos autóctones. Enfim, passaram a se preocupar com o impacto do produto turístico na sociedade, como relata Krippendorf (2009, pp. 100-101). Neste sentido, os turistas conscientizam-se de que, quando viajarem, devem respeitar o próximo e o local visitado, baseando-se nos princípios de boa conduta, tais como: ir ao encontro do novo; respeitar as diferenças culturais e se possível aprender um pouco sobre elas; interagir com a comunidade visitada e não desprezar e ignorar a presença dela; preservar o ambiente natural, dentre outros.

No final do século 20 as pessoas começaram a perceber que as necessidades psíquicas e sociais – bens imateriais – são mais importantes do que as necessidades materiais. Assim, as necessidades do “ter” – trabalho em demasia, preocupação em adquirir mais dinheiro e bens – são depreciadas, porque notam que não é só o pensamento do “ter” que as fazem felizes, conscientizando-se dos valores do “ser”. Pode-se exemplificar pelo fato de que não adianta os benefícios do “ter” sem o tempo livre para relaxar, aproveitar a família, os amigos e a si próprio. Isso porque “a consciência do dinheiro é, pouco a pouco, substituída pela consciência do tempo” e que “daqui para frente, a arte de viver e a qualidade de vida vêm antes do nível de vida” (Krippendorf, 2009, pp. 125-126).

Contudo, ficar em casa de vez em quando, ao invés de viajar, também pode ser prazeroso, desde que se humanize o cotidiano, o trabalho, a moradia e o lazer diário. Destarte, descobrir a própria cidade utilizando os clubes, os museus, os teatros, os parques, os monumentos históricos, etc., ou até mesmo mudando os hábitos dentro de casa e dedicando-se às atividades para as quais geralmente não se tem tempo, são alternativas para desfrutar das férias sem viajar. Ademais é importante o tratamento geográfico dos espaços de lazer e de turismo urbanos, por meio do planejamento da cidade, com o intuito de desvelar a (re)utilização de locais, que antes eram

degradados. Consolidando assim, a prática destas atividades e o desenvolvimento da cidadania, pois, passam a valorizar a vida cotidiana e a *urbe*.

Contudo, as autoras Gastal e Moesch (2007) avançam no conceito de turismo, ao relacionar a ideia de que o tempo de lazer pode ser praticado no local onde se mora, quebrando o modelo existencial da sociedade industrial criticado por Krippendorf, de acordo com o qual o lazer só seria possível em lugares distantes da própria residência<sup>3</sup>. Assim, o turismo urbano pode ter um significado importante também para os moradores da cidade, que, praticado em sua cidade, transformam-se em turistas cidadãos, caracterizados como:

[...] aquele morador da localidade que vivencia práticas sociais, no seu tempo rotineiro, dentro de sua cidade, de forma não rotineira, onde é provado em relação à cidade. Turista cidadão é aquele que resgata a cultura da sua cidade, fazendo uso do estranhamento da mesma. Este estranhamento inicia no momento em que o indivíduo descobre, no espaço cotidiano, outras culturas, outras formas étnicas e outras oportunidades de lazer e entretenimento. Quando se encontra na situação de turista cidadão, este sujeito aprende a utilizar os espaços ambientais, culturais, históricos, comerciais e de entretenimento com uma percepção diferenciada do seu cotidiano (Gastal & Moesch, 2007, p. 65).

Por conseguinte, a prática do turismo cidadão aprofunda laços com a cultura local, no qual estabelece o sentimento de identidade e pertencimento, assim conscientiza-se da importância e do respeito que se deve ter com a cultura, pois é dinâmica e encontra-se em constante construção social, sofrendo influência de outras pessoas e do meio inserido. Segundo Gastal e Moesch (2007, p. 66) “[...] a experiência do turista cidadão, carregada de subjetividade, se expressa, porém, objetivamente nas vivências ocorridas durante o tempo de lazer, no consumo de práticas de entretenimento, cultura e meio ambiente”.

As funções iniciais do lazer apresentadas por Dumazedier (2004, p. 31) são a liberação e o prazer, em oposição ao conjunto das necessidades, compromissos, responsabilidades e obrigações da vida cotidiana. É a liberação do trabalho e também das obrigações familiares, sociais e

---

<sup>3</sup> Termo anulado pelas autoras Gastal e Moesch.

religiosas, passando então, à prática do lazer no tempo disponível. Dumazedier (2004, p. 34) aduz pormenorizadamente a riqueza potencial do termo lazer:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Depreende-se que o lazer é uma livre escolha do indivíduo e os elementos acima mencionados, influenciam na escolha de qual atividade o indivíduo irá exercer. Contudo, os determinismos sociais, políticos, culturais, religiosos, faixa etária, econômicos, etc., pesam sobre a prática do lazer. O lazer e o turismo são atividades de grande importância para a vida de cada indivíduo e devem ser praticados periodicamente e não apenas em viagens, nas férias do ano e em finais de semanas esporádicos, pois proporcionam felicidade e vivacidade para o dia a dia.

## **Considerações finais**

A cidade tornou-se um lugar de destaque para o turismo e o lazer, desde que sua imagem passou a ser atrativa aos visitantes. Os ambientes diversificados tornaram-se significativos para o desenvolvimento destas atividades, como: os centros históricos, diversificações de práticas culturais, urbanismo, animação, diversão, consumo, dentre outros, visto que os indivíduos buscam novas experiências e vivências. Para que estas práticas tenham harmonia com o espaço urbano é necessário que estejam aliadas à cidadania e ao planejamento urbano.

Neste sentido, os parques urbanos, cercados pelas infraestruturas da malha urbana, são espaços ambientais importantes, pois preservam fragmentos da natureza, como por exemplo, nascentes e árvores nativas. Com relação aos espaços de convivência social, os parques urbanos oferecem uma gama de atividades, tais como: ambientais, esportivas, educacionais, artísticas e até mesmo o deleite e a contemplação, proporcionando a frequência de indivíduos com distintas classes sociais, faixas etárias, culturas, etc. Ressalta-se, ainda, que as caracterizações e

infraestruturas dos parques urbanos são influenciadas pela história e cultura local, portanto não são espaços estagnados, alterando-se com frequência.

Logo, os parques urbanos são áreas de grande relevância para a prática de lazer aos cidadãos, proporcionando-lhes melhor qualidade de vida. Quando considerados atrativos turísticos traz para a cidade influências em sua economia, cultura, desenvolvimento estrutural, , dentre outros. A apropriação diversa destes espaços, a partir da vivência de turistas e moradores são influenciadas pelo conhecimento e educação de cada indivíduo, com base em sua cultura, modo de vida, conhecimento histórico, crenças e valores.

Entende-se que o turismo é considerado um conteúdo do lazer, sendo que as práticas destes são realizadas com a liberação do trabalho, das obrigações familiares, religiosas, sociais e políticas. Com intuito de descansar e repor as energias ao recrear-se, divertir-se, entreter-se individualmente ou em grupo, adquirindo conhecimento e vivência - social e cultural - ao se deslocar para outros espaços, sejam eles próximos ou distantes.

Enfatiza que a prática de lazer na cidade em que mora, permite a vivência e conhecimento dos espaços da *urbe*, usufruindo da diversidade de ambientes que ela proporciona. Desse modo, com o usufruto de forma cidadã a comunidade passa a (re)pensar, (re)ver e (re)avaliar as expressões locais (cultura, patrimônio, arquitetura, etc.) ocasionando uma busca por melhor qualidade de vida e preservação da infraestrutura.

## **Referências bibliográficas**

Camargo, L. O. de L. (2003). *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense.

Castrogiovanni, A. C. (2001). Por que geografia no turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre. In S. Gastal. (Ed.), *Turismo 9 propostas para um saber-fazer*. (2ª ed.). (pp. 131-143). Porto Alegre: Edipucrs.

De La Torre, O. (1991). *El turismo fenomeno social*. (6ª ed.). México: Fondo de Cultura Económica.

Dumazedier, J. (2004). *Lazer e cultura popular*. (3ª ed.). São Paulo: Perspectiva.

IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo

Estatuto da cidade. (Lei nº 10.257., de 10 de julho de 2001). (Presidência Da República – Casa Civil).  
Consultado em 02 de Agosto de 2011 através de

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm)

Gastal, S., & Moesch, M. M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph.

Kliass, R. G. (1993). *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo: Pini.

Krippendorf, J. (2009). *Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. (3ª ed. rev. e ampli.). (Contexto Trans.). São Paulo: Aleph. (Obra original publicada 1984).

Marcellino, N. C. (2003). *Lazer e humanização*. (7ª ed.). Campinas, SP: Papirus.

Moesch, M. M. (2002). *A produção do saber turístico*. (2ª ed.). São Paulo: Contexto.

Organização Mundial do Turismo (OMT). (2001). *Apuntes de Metodología de la Investigación en Turismo*. (1ª ed.). Madrid: dec.

Organização Mundial do Turismo (OMT). (s.d.). *Introducción al turismo*. Málaga: Universidade de Malaga.

Serpa, Â. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.

Silva, M. da G. L. da. (2004). *Cidades turísticas: Identidades e cenários de lazer*. São Paulo: Aleph. (Série Turismo).

Spirn, A. W. (1995). *O jardim de granito: A natureza no desenho da cidade*. (Paulo Mesquita Pellegrino Trans.). São Paulo: Edusp. (Obra original publicada 1947)